

*“O sentimento que predomina é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico.”*

*Carta ao Povo Brasileiro, Luiz Inácio da Silva, durante a campanha eleitoral em 2002.*

*"Quando o povo desperta, esperanças frustradas são mais incendiárias do que necessidades não atendidas",*

*Georges Benjamin Clemenceau (1841-1919), filósofo francês*

---

Relatório SILCON – RS 056  
Março de 2007

## **I – Introdução<sup>1</sup>**

Ao iniciar o segundo mandato, o Presidente Lula parece afastar-se cada vez mais das amarras do antigo ideário e das atitudes radicais de outrora, e mais próximo de uma posição centrista. O que parece não ter mudado é a agenda da política externa, de apoio ao ultrapassado terceiro-mundismo e anti-americanismo que se alastra na América do Sul. Mas, neste segundo mandato, a tendência é de que o apoio entusiasta se transforme em mera retórica e os interesses de parcerias comerciais prevaleçam sobre a bravata inconseqüente.

Na política econômica, o “modelo” - antes julgado esgotado pelo PT - é mantido: o Banco Central mantém sua autonomia; a política fiscal continua comprometida com o superávit fiscal; e o regime cambial responde às condições de mercado. É tudo do mesmo, inclusive nos aspectos negativos : superávit fiscal obtido através de aumento de impostos; a carga fiscal crescente; os juros reais elevados; e a incerteza jurídica nos acordos e contratos. Infelizmente, o voluntarismo de curto prazo e a falta de visão estratégica predominam sobre a efetiva inserção do Brasil na comunidade

---

<sup>1</sup> Parte deste relatório foi baseada em Contador, C.R., “O ambiente pós-eleição : o que esperar para 2007”, Carta Mensal CNC, vol.52, novembro de 2006, no.620, pp. 50-62

internacional, o compromisso com a modernidade e com uma agenda de desenvolvimento econômico, alicerçada nas forças de mercado.

Em sua defesa, se fosse o caso, a Administração Lula poderia alegar que o “seu” modelo deu resultados econômicos melhores do que os do governo anterior – mormente do segundo mandato de FHC. Não estaria mentindo, embora omitindo detalhes importantes. A Tabela 1 compara o desempenho dos mandatos de FHC e Lula, e está dividida em partes, com indicadores de interesse para uma classe de três agentes: a comunidade internacional; os investidores financeiros, e o setor real doméstico.

Tabela 1  
Síntese do desempenho econômico, Governos FHC e Lula

	FHC – I 1995-1998	FHC – II 1999-2002	Lula – I 2003-2006 <sup>a</sup>
PIB real, crescimento médio	2,56 %	2,09 %	2,51 %
Renda per-capita, fim de mandato, US\$ mil	4,74	2,60	5,13
Crescimento médio, renda per capita	+ 8,1 %	- 13,9 %	+ 18,5 %
Inflação, IPCA, média anual	9,4 %	8,8 %	6,3 %
Taxa de desemprego, média anual	10,9 %	11,5 %	10,9 %
Massa salarial real, crescimento médio anual	+ 4,8 %	- 2,1 %	1,8 %
Comércio externo, média anual, US\$ bilhões	104,8	107,4	173,6
Coefficiente de abertura (comércio externo/PIB)	13,6 %	20,6 %	24,4 %
Investimento externo, US\$ bilhões, média anual	15,7	25,1	14,8
Saldo em conta corrente, US\$ bilhões, média	-26,4	-20,1	18,1
Risco EMBI+, média anual	3759,7	1018,2	494,8
- Spread em relação à média	192,8	146,19	121,38
Taxa real de câmbio (IGP-DI)	+ 16,1 %	+ 26,0 %	-5,9 %
Taxa de juros básica, média anual, nominal	33,4 %	19,9 %	18,4 %
- real (IGP-M)	23,0 %	3,04 %	11,9 %
Bolsa de Valores, <sup>b</sup> taxa média anual	31,1 %	5,6 %	37,4 %

Fontes : IBGE, Banco Central, FGV, SILCON. <sup>a</sup> Preliminar, SILCON. <sup>b</sup> IBOVESPA.

No primeiro mandato, o Governo Lula produziu melhor taxa média de crescimento do PIB; maior renda per capita; menor taxa de inflação; menor desemprego e maior crescimento da massa salarial do que a média do período 1999-2002. Atendeu, portanto, melhor aos interesses do mercado interno do que o mandato de FHC. A comunidade internacional ficou também mais bem satisfeita: o comércio externo aumentou, o Brasil ficou mais aberto, o saldo em conta corrente transformou-se em superávit (o que significa que o Brasil passou a ser exportador de poupanças !), e o risco Brasil diminuiu e aproximou-se da média dos emergentes. E pela ótica do mercado financeiro – já bem atendido no governo FHC, o primeiro mandato de Lula foi

compensador: a taxa de juros real se manteve elevada, a Bolsa de Valores de São Paulo foi exuberante, e o real se valorizou. Em resumo, a administração econômica de Lula soube atender aos interesses de três classes de agentes – e boa parte do eleitorado. Não importa se faltou ética, pois o sucesso na política se baseia nos resultados e não em princípios.

A ironia é que os resultados econômicos de 2003-2006 podem ser explicados por condições externas ao governo Lula. Em primeiro lugar, o mercado internacional teve uma fase extremamente favorável ao Brasil, com liquidez generosa, as principais economias crescendo, bons preços de commodities, e forte demanda pelos nossos produtos. Enfim, um ambiente externo oposto ao enfrentado pelo FHC nos seus dois mandatos. Ou seja, Lula teve uma brutal sorte no ambiente externo, e ainda assim o Brasil ficou para trás, abaixo do crescimento dos países emergentes.

O outro conjunto de fatores favoráveis foram os ajustes e reformas realizadas pelo governo FHC. A implantação da política de metas inflacionárias, o regime cambial livre, as privatizações e a telefonia popular, os programas sociais (Bolsa Educação), o agronegócio (cuja modernização iniciou nos anos 80), a menor dependência do petróleo importado, os projetos de energia renovável, e a máquina eficiente de arrecadação de impostos foram alguns bens herdados por Lula.<sup>2</sup> Ou seja, de certa forma, a administração FHC ajudou a pavimentar o sucesso do governo Lula.

Lula foi além : não só manteve como se apropriou destes ajustes, dando a eles uma competente roupagem popular. Soube capitalizar politicamente os resultados de medidas de governos anteriores, ironicamente barradas e criticadas pelo PT na ocasião. Os resultados das urnas reforçaram a popularidade de Lula e massacraram a oposição, hoje perdida, sem propostas alternativas, sem capacidade política e sem temas relevantes para criar o debate e rebater a política econômica oficial.

Sem dúvida, nem tudo foi sorte. Parte do mérito dos resultados econômicos é devida ao próprio governo de Lula. Aprofundou as medidas de combate à desigualdade na distribuição de renda (iniciadas no governo anterior. Ver a respeito a Figura 1), reduziu a pobreza extrema com medidas de Bolsa Família/Cesta Popular, os alimentos básicos ficaram mais baratos, expandiu a oferta de crédito para as classes mais pobres (mesmo com juros elevados), e a moradia popular ficou mais acessível com a queda do preço

---

<sup>2</sup> O paradoxo ainda não explicável é por que estes feitos não foram utilizados na campanha eleitoral em favor da candidatura tucana. A campanha tucana foi envergonhada, defensiva, esqueceu os avanços na modernização e do legado favorável, e nem soube explorar os escândalos que marcaram o primeiro mandato petista. Lula, ao contrário, soube esvaziar o debate eleitoral, usou uma linguagem e discurso popular, direto aos interesses do eleitor médio, conseguiu através da sua capacidade de comunicação mascarar o envolvimento direto com as fraudes e os escândalos.

dos materiais de construção básicos e com as linhas de crédito do FGTS/CEF.

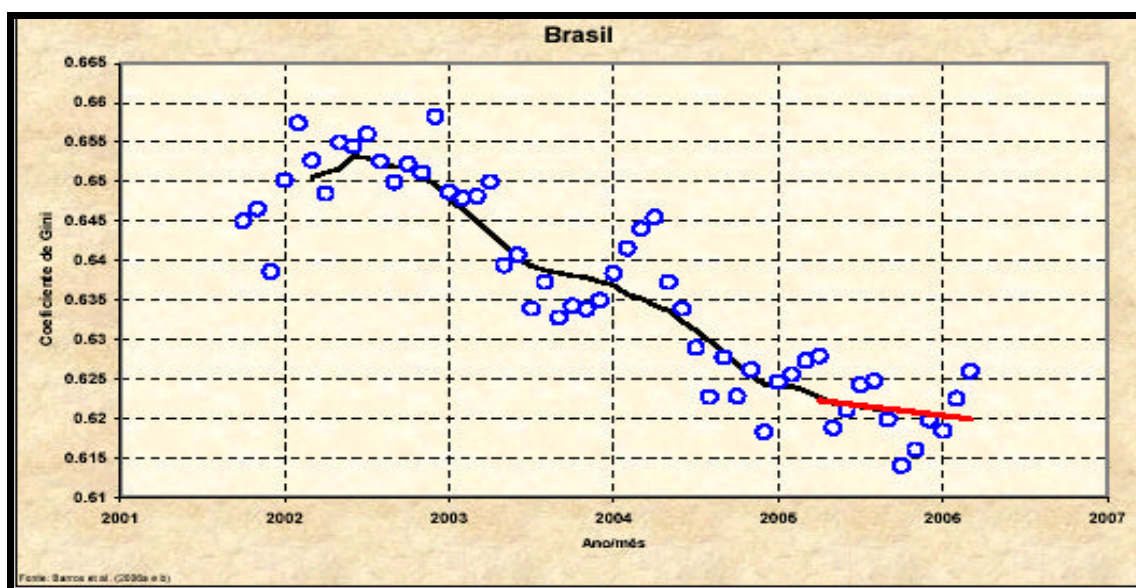


Figura 1 – Evolução da desigualdade da renda do trabalho. Fonte : IPEA

Ao iniciar o segundo mandato em 2007, surgem diversas dúvidas. Lula continuará bafejado pela sorte ? Como será o ambiente econômico internacional? Os fatores positivos internacionais (liquidez internacional, preço das commodities, preço do petróleo, a dança das moedas internacionais etc) continuarão favorecendo o Brasil ? No flanco doméstico, será possível montar o entendimento suprapartidário e uma base política mais para o centro? O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC será capaz de estimular a economia e criar um novo patamar para a taxa de crescimento do produto potencial ? O agronegócio continuará como impulsor das exportações e da melhoria social no campo? As promessas de maiores gastos inviabilizarão a estabilidade e o controle da inflação ? São muitas as dúvidas e neste relatório exploramos algumas.

A seção II discute os principais fatores condicionantes do ambiente econômico doméstico em 2007 e 2008. Em seguida, a seção III desenvolve três cenários macroeconômicos alternativos e apresenta projeções de curto prazo, com base em indicadores antecedentes de algumas variáveis básicas. Os efeitos dos cenários macroeconômicos sobre o setor de construção civil são enfocados na seção IV. A última seção finaliza o relatório.

## II – Condicionantes e limites da política

O ponto de partida para traçar os cenários possíveis para 2007 e 2008 é a própria conjuntura de 2006. A Tabela 2 apresenta os principais dados estatísticos que compõem o ambiente de 2006, junto com as mesmas estatísticas de anos anteriores.

Tabela 2  
Resultados macroeconômicos de 2006

	2004	2005	2006 <sup>a</sup>
Produto Interno Bruto :			
R\$ bilhões	1.941,5	2.147,9	2.367,2
US\$ bilhões	663,8	882,7	1.051,5
Crescimento real, %	5,7	2,9	3,7
Agropecuária	5,3	1,0	4,1
Indústria	6,2	2,2	2,6
- Extrativa Mineral	-0,7	9,8	6,0
- Transformação	7,7	1,1	1,6
- Construção Civil	5,7	1,2	4,6
- Utilidade Pública	4,6	5,0	3,6
Serviços	3,3	3,4	3,7
- Comércio	7,9	3,5	4,8
- Transporte	4,9	4,3	3,2
Inflação, dezembro/dezembro:			
IGP-M	12,41	1,21	3,46
IPCA	7,60	5,69	3,14
Taxa de investimento fixo, % PIB:			
Nominal	16,1	16,3	16,5
A preços do ano anterior	15,8	16,2	16,3
Taxa média de desemprego, IBGE	11,48	9,83	10,0
Exportações, US\$ bilhões	96,5	118,3	137,5
Importações, US\$ bilhões	62,8	73,6	91,4
Saldo comercial, US\$ bilhões	+ 33,6	+ 44,8	+ 46,1
Transações correntes, US\$ bilhões	+11,68	+14,2	+13,5
Investimentos diretos, US\$ bilhões	18,2	18,2	18,8
Reservas, US\$ bilhões	52,9	53,8	85,8
Dívida externa, US\$ bilhões	201,4	169,5	168,9

Fontes : IBGE, FGV, Bacen. Elaboração : SILCON

Os principais fatores que moldam o ambiente econômico de 2007 e 2008 (e anos seguintes, fora do escopo deste trabalho) podem ser divididos em três grupos: condicionantes internacionais; condicionantes técnicos domésticos e restrições políticas.

## II – 1 Fatores internacionais

Em 2006, a atividade econômica dos EUA cresceu 3,4 %, e enfrenta a necessidade de um ajuste para enfrentar a “bolha” financeira da excessiva valorização dos imóveis. O aumento dos juros serviu para arrefecer a atividade da construção civil, mas sem ainda afetar outros setores relacionados. Pelo lado da inflação, a taxa anual de crescimento dos preços ao consumidor atingiu 3,2 %, levando o Fed a elevar os juros básicos. Como resultado do aumento dos juros e de elevação de custos de energia, as perspectivas para 2007 são de uma fase de desaceleração. Maior taxa de crescimento deve em 2008.

Tabela 3  
Crescimento do PIB real, países selecionados, %

Região/país	2006 <sup>a</sup>	2007 <sup>b</sup>	2008 <sup>b</sup>
América do Norte :	3,3	2,6	3,0
- EUA	3,4	2,7	3,0
América Latina :	5,0	4,4	4,0
- Argentina	8,5	7,5	5,6
- <b>Brasil<sup>c</sup></b>	<b>2,9</b>	<b>3,5</b>	<b>3,7</b>
- México	4,8	3,5	3,7
- Venezuela	10,3	6,5	3,3
Europa Ocidental :	2,8	2,2	2,2
- Alemanha	2,7	1,7	2,0
- Itália	2,0	1,3	1,5
- França	2,0	1,9	1,9
- Inglaterra	2,7	2,6	2,4
Europa Oriental	6,5	5,7	5,6
União Européia	2,7	2,1	2,1
Ásia/Pacífico	5,1	4,7	4,8
- Japão	2,2	1,9	2,3
Outros países	5,2	4,7	4,5
Média mundial	3,9	3,3	3,4

Fonte : Consensus Forecasts, fevereiro de 2007. Elaboração : SILCON

<sup>a</sup> Preliminar. <sup>b</sup> Previsão, cenário médio <sup>c</sup> Cenário intermediário.

Este quadro de desaquecimento em 2007 e recuperação em 2008 se repete por outras economias. Na América Latina, o Brasil continua na rabeira. Pelos cenários intermediários da Consensus Forecasts, o crescimento do PIB do Brasil fica abaixo da média da região em 2007 e 2008, mantendo a tendência que se repete há mais de uma década.

Tabela 4  
Taxa de inflação, países selecionados, %

Região/país	2006 <sup>a</sup>	2007 <sup>b</sup>	2008 <sup>b</sup>
América do Norte :	3,1	1,7	2,3
- EUA	3,2	1,7	2,3
América Latina :	4,9	5,2	5,3
- Argentina	9,8	10,1	5,1
- <b>Brasil<sup>c</sup></b>	<b>3,1</b>	<b>3,9</b>	<b>4,1</b>
- México	4,1	3,7	3,5
- Venezuela	17,0	19,6	21,7
Europa Ocidental :	2,0	1,9	1,9
- Alemanha	1,7	1,9	1,5
- Itália	2,1	1,9	2,0
- França	1,7	1,5	1,7
- Inglaterra	2,3	2,3	2,0
Europa Oriental	6,9	6,6	5,6
União Européia	2,2	2,0	1,9
Ásia/Pacífico	1,9	1,8	2,0
- Japão	0,2	0,2	0,6
Outros países	4,2	4,4	3,6
Média mundial	2,8	2,3	2,4

Fonte : Consensus Forecasts, fevereiro de 2007. Elaboração : SILCON

<sup>a</sup> Preliminar. <sup>b</sup> Previsão, cenário médio. <sup>c</sup> IPCA, cenário intermediário.

Mesmo com o sucesso alardeado pelo governo brasileiro no combate a inflação, os resultados ficam aquém da média mundial, mas felizmente mais bem sucedidos do que a maioria dos países da América Latina. Para 2007 e 2008, a taxa média de inflação se mantém sob controle, em patamar mais elevado na Europa Oriental e em alguns poucos países. A Venezuela é um dos poucos casos de inflação em rota de descontrole.

O terceiro dado importante para compor o quadro geral é o saldo em transações correntes, que representa o fluxo líquido de poupanças ou

investimentos externos.<sup>3</sup> O problema central é o persistente e brutal déficit em conta corrente dos EUA, (leia-se poupança fornecida pelo resto do mundo) coberto pelos superávits da Ásia, Europa e parcialmente América Latina.

Tabela 5  
Saldo em conta corrente, países selecionados, US\$ bilhões

Região/país	2006 <sup>a</sup>	2007 <sup>b</sup>	2008 <sup>b</sup>
América do Norte :	-838,0	-804,0	-804,0
- EUA	-860,0	-820,0	-820,0
América Latina :	48,7	23,1	4,3
- Argentina	6,9	6,1	4,6
- <b>Brasil</b>	<b>13,5</b>	<b>7,9</b>	<b>2,6</b>
- México	-2,4	-9,0	-12,9
- Venezuela	27,4	19,3	14,4
Europa Ocidental :	61,2	61,4	76,1
- Alemanha	124,7	135,4	140,5
- Itália	-39,9	-35,3	-34,7
- França	-35,2	-36,3	-35,4
- Inglaterra	-65,6	-74,4	-77,2
Europa Oriental	13,7	-4,8	-30,0
União Européia	-33,3	-20,5	-12,6
Ásia/Pacífico	428,0	441,0	464,0
Outros países	120,3	107,6	102,3
Total superávit em cc.	671,9	633,1	646,7
Total déficit em cc.	838,0	808,8	834,0
Hiato <sup>c</sup>	166,1	175,7	-187,3

Fonte : Consensus Forecasts, fevereiro de 2007. Elaboração : SILCON

<sup>a</sup> Preliminar. <sup>b</sup> Previsão, cenário médio. <sup>c</sup> Coberto por fluxos de agências internacionais, variações de reservas.

A mesma Tabela 5 serve para algumas digressões sobre as pressões em juros e nas relações entre moedas. Os saldos de superávit e déficit podem ser interpretados como oferta e demanda líquida de recursos, ou ainda como oferta e demanda de poupanças externas, respectivamente. Num mercado em equilíbrio, oferta e demanda são iguais, portanto o resultado final (hiato) deveria ser nulo. Na tabela, a igualdade não ocorre por três motivos: (1) o equilíbrio de mercado é um conceito ex-post, e no caso de 2007 e 2008, os saldos representam fluxos projetados; (2) os dados são precários, não incluem

<sup>3</sup> Um superávit em transações correntes significa que o país foi um poupador líquido e transferiu recursos para outros países, e se deficitário, que recebeu poupanças externas.



todos países, embora apontem a tendência do desequilíbrio; e (3) déficits eventuais podem ser cobertos por ajuda de agências internacionais, perdas de reservas e outras formas de ajustes. Existem duas formas de convergir para o equilíbrio. Se o desequilíbrio é no sentido de excesso de demanda por recursos, a taxa de juros do país deve aumentar e/ou a sua moeda se desvalorizar relativamente a moeda dos países superavitários. De interesse para os cenários de 2007 e 2008, podemos afirmar que persiste a pressão para o aumento das taxas internacionais de juros, desvalorização relativa do dólar perante o euro e de valorização relativa do real e outras moedas da América Latina, ou uma combinação dos dois efeitos.

Os outros fatores internacionais relevantes para os cenários do Brasil são os preços das *commodities* e do petróleo. No tocante ao petróleo, a dependência externa do Brasil vem diminuindo gradualmente e uma crise no abastecimento internacional pode significar até mesmo um ganho e estímulo aos projetos de geração de energia alternativa e maior demanda por etanol e álcool. Mas a crise internacional gerada por uma escassez de petróleo tem impactos diretos pesados nas economias industrializadas, e indiretamente no Brasil via desaquecimento na demanda agregada de outros países.

No tocante às *commodities*, os preços devem continuar sobre pressão. Os estoques, principalmente de metais, estão baixos, a demanda pela China é crescente, e oferta com gargalos garantem um patamar mais elevado para os preços dos metais. Para as *commodities* agrícolas, o quadro não é diferente, considerando a crescente demanda da China por alimentos e os programas de substituição de energia suja pela renovável, com o etanol. São boas oportunidades para as exportações do Brasil.

## II – 2 Fatores domésticos

A carga tributária já foi identificada como um dos obstáculos ao aumento do investimento fixo privado<sup>4</sup>, ao reduzir a taxa de retorno do capital das empresas privadas e promover o *crowding-out* dos recursos. Ao mesmo tempo, o discurso oficial enfatiza a necessidade de aumentar a taxa de investimento para elevar a taxa de crescimento do produto potencial. No sistema vigente, isto só pode ocorrer com o aumento dos investimentos públicos.

Em 2006, a carga tributária aumentou mais uma vez, seguindo a tendência iniciada em 1993, atingindo quase 39 % do PIB. Era esperada, na proposta do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, a redução dos

---

<sup>4</sup> Contador, Claudio, “Financing economic growth in Brazil : challenges and opportunities, FUNENSEG, Sept. 2003, e também “Reformas financeiras e os desafios para o crescimento econômico do Brasil”, *Revista de Economia e Relações Internacionais*, vol.3, no.6, janeiro 2005, pp.5-19.

impostos como um tema dominante. Isto não aconteceu, o que significa que será mantida a extração de recursos do setor privado para ampliar os gastos correntes e de investimento do setor público.

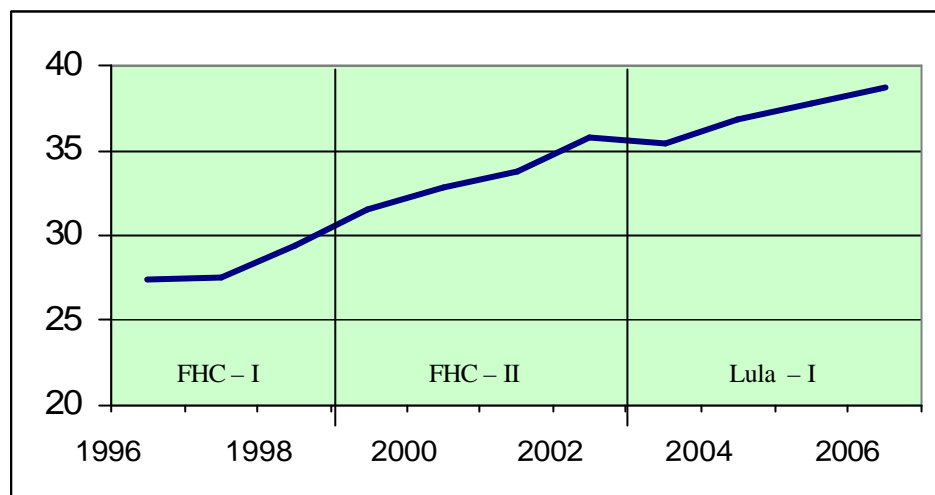


Figura 2 – Carga tributária total, % do PIB

Tabela 6

Setores prioritários do PAC, 2007-2010, em R\$ bilhões

1 – <u>Logística</u>	58,3
Rodovias	33,4
Marinha Mercante	10,6
Ferrovias	7,9
Aeroportos	3,0
Portos	2,7
Hidrovias	0,7
2 – <u>Energia</u>	274,8
Petróleo e gás	179,0
Geração de energia	65,9
Combustíveis renováveis	17,4
Transmissão	12,5
3 – <u>Social</u>	170,8
Habitação	106,3
Saneamento	40,0
Recursos hídricos	12,7
Eletricidade residencial	8,7
Transporte urbano (metrô)	3,1
4 – Total	503,9

Fonte : PAC

O PAC foi divulgado como um audacioso plano de investimentos fixos e outras medidas menores para estimular o crescimento econômico no período 2007-2010. As medidas podem ser divididas em seis grupos.

- Uma agenda de investimentos fixos no valor de R\$ 503,9 bilhões voltados para três setores : logística; energia e social, com a participação do setor privado. Para cada R\$ 1,00 investido pelo setor público deve haver uma participação de R\$ 1,50 pelo setor privado. O setor de energia é o mais aquinhado, com 55 % do total, R\$ 275 bilhões, seguido pelo setor social, com R\$ 171 bilhões e o setor de logística, com R\$ 58 bilhões. A Tabela 6 reproduz os detalhes.
- Os recursos para o financiamento do PAC são provenientes dos orçamentos fiscal e da seguridade (R\$ 67,8 bilhões) e das estatais federais e outras fontes (R\$ 436,1 bilhões). Será criado um Comitê Gestor para acompanhar e avaliar os projetos de investimento do PAC.
- Ainda no item de oferta de recursos, o PAC prevê o estímulo ao crédito e a novas fontes de financiamento com a concessão de crédito pela União à Caixa Econômica para investimentos em saneamento e habitação, no valor de R\$ 5,2 bilhões; a ampliação do limite de crédito do setor público para investimentos em saneamento ambiental e habitação, no valor de R\$ 7 bilhões; a criação do polêmico Fundo de Investimento em Infra-estrutura com recursos do FGTS, no valor de R\$ 5 bilhões; e a elevação da liquidez do Fundo de Arrendamento Residencial, destinado a moradias populares.
- Reordenamento das regras de competência ambiental, com a regulamentação do artigo 23 da Constituição, reduzindo os questionamentos judiciais sobre as competências e jurisdição de cada estado.
- Desoneração e melhoria do sistema tributário, com a redução de 25 para dois anos da recuperação dos créditos de PIS e Cofins em edificações; a suspensão da cobrança do PIS/Cofins de novos projetos de obras de infra-estrutura; isenção do imposto de renda para pessoas físicas nas aplicações nos Fundos de Investimento em Infra-estrutura; isenção de IPI, PIS/Cofins e Cide para o setor de TV digital; isenção do IRPJ, IPI, PIS/Cofins e Cide para o setor de semicondutores; aumento do valor de isenção para microcomputadores de R\$ 2.500,00 para R\$ 4.000,00; redução do IPI da compra de perfis de aço de 5 % para zero; e o aumento do prazo de recolhimento da contribuição previdenciária e do PIS/Cofins.
- E a implantação de medidas fiscais de longo prazo com o limite do IPCA mais 1,5 % no reajuste das despesas de pessoal de cada um dos

poderes da União; regra de reajustes do salário mínimo com base no crescimento real do PIB e no INPC; melhoria na gestão da Previdência Social e adoção de medidas para combate à fraude; implantação do Fórum Nacional da Previdência Social com a participação de trabalhadores, empregadores, governo e aposentados; agilização dos processos de licitação, com a tecnologia da informação, aumento de transparência e eficiência e menor fraude; aperfeiçoamento da governança corporativa nas estatais; extinção das empresas estatais federais em processo de liquidação (Franave e RFFSA); e a regulamentação da Previdência Complementar do servidor público federal.

Apesar da pompa nos anúncios, o PAC ainda não entusiasmou os empresários. É uma resposta atrasada ao óbvio. A nossa infra-estrutura está em frangalhos e é um sério obstáculo ao aumento do potencial de crescimento econômico. As críticas são voltadas principalmente para a modesta desoneração tributária - R\$ 6 bilhões em quatro anos; mantém o CPMF, um dos fatores de desconforto para a expansão do mercado financeiro, por onde deveria fluir os recursos para novos investimentos; por ter sido anunciado sem qualquer discussão prévia, corre o risco do Legislativo encarar o PAC como uma demonstração de poder e de centralização do Executivo; exige uma melhoria substancial de gestão na máquina pública, hoje politizada e tomada por simpatizantes; não reduz a insegurança jurídica; a redução das despesas correntes é pequena perante o necessário; reintroduz a indexação de salários, sepultada pelo Plano Real; a sustentação fiscal é frágil; e talvez a medida mais sensível : exige uma contrapartida de R\$ 1,6 trilhões de investimentos privados, ou seja, R\$ 400 bilhões por ano. Com esta exigência não combinada, o governo federal transfere ao setor privado o eventual ônus do fracasso do PAC. Itens que interessariam ao setor privado: a redução da carga tributária e da taxa de juros, praticamente nem foram tratados.

Portanto, de interesse para os cenários, podemos antecipar que os efeitos do PAC no crescimento econômico agregado são incertos ou pouco relevantes. Para 2007, o ambiente já está parcialmente determinado pelas condições herdadas de 2006. Para 2008, dependendo da adesão e do cumprimento de promessas, o PAC poderá animar a economia. O PAC tem seus méritos, como o reconhecimento pelo governo de que o crescimento econômico deve voltar ao debate e de que o setor privado é importante nesta agenda.

## **II – 3 As flutuações de curto prazo**

Parte da conjuntura de 2007 já está comprometida por medidas e decisões adotadas em 2006. Indicadores antecedentes,<sup>5</sup> cuja essência é exatamente o emprego de variáveis com efeitos defasados no tempo, apontam que o ritmo de crescimento do PIB passa por uma curta fase de desaquecimento (um “soluço”) no segundo trimestre de 2007 e volta a crescer em seguida. Embora os indicadores antecedentes sejam mais apropriados para sinalizar a cronologia das reversões do que prever o nível de variáveis, a projeção na Figura 3 é de um crescimento entorno de 3,5 % em 2007. Nas figuras que retratam os indicadores antecedentes, a linha azul representa o observado e a linha vermelha, a previsão com o indicador antecedente.

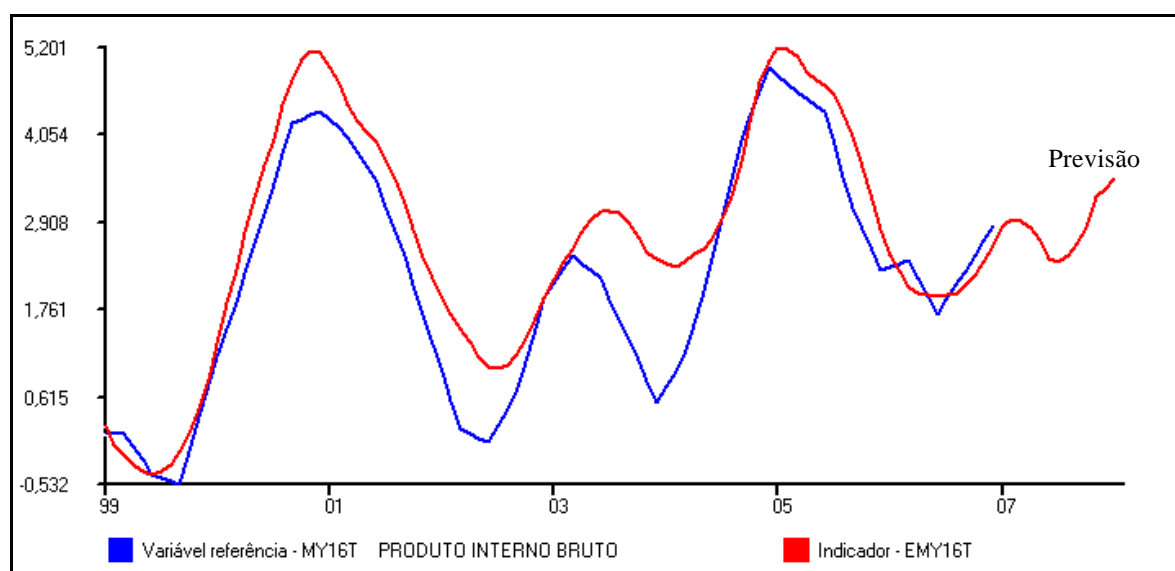


Figura 3 - Indicador antecedente, crescimento do PIB, 4 trimestres

A mesma oscilação e quebra no ritmo de atividade é prevista para o consumo das famílias, na Figura 4. Como o avanço deste indicador é

<sup>5</sup> A metodologia dos indicadores antecedentes é simples, de fácil compreensão, voltada para a previsão dos movimentos cíclicos e da cronologia das reversões e fases cíclicas de variáveis de interesse. Explora a qualidade de certas variáveis anteciparem outras séries em um número determinado de períodos e aproveita o conteúdo informacional contido num grupo de variáveis (denominadas variáveis -insumo), sem se preocupar com a formalização de um modelo econométrico mais elaborado. À medida que diversas variáveis antecedentes são agregadas num índice, é de se esperar que o conteúdo de informação sobre a atividade desejada seja ampliado e os erros e demais imperfeições das variáveis componentes se auto-cancelem ou amortecem. Este é, em essência, o raciocínio implícito na montagem de indicadores antecedentes compostos. Como vantagem adicional além da simplicidade de sua mensagem, os indicadores antecedentes compostos prescindem do conhecimento prévio sobre o sentido da causalidade entre variáveis, o que não ocorre com modelos econométricos, e presta-se, com excelência insuperável, para o acompanhamento e previsão dos movimentos de curto prazo, atendendo, portanto, ao objetivo tático de empresas e instituições. A técnica de indicadores antecedentes é mais confiável para o acompanhamento conjuntural e para a previsão cíclica de curto prazo do que qualquer outro método.

pequeno, apenas 6 meses, não é possível sinalizar a evolução após o primeiro semestre de 2007, e imagina-se que a tendência seja similar a do PIB.

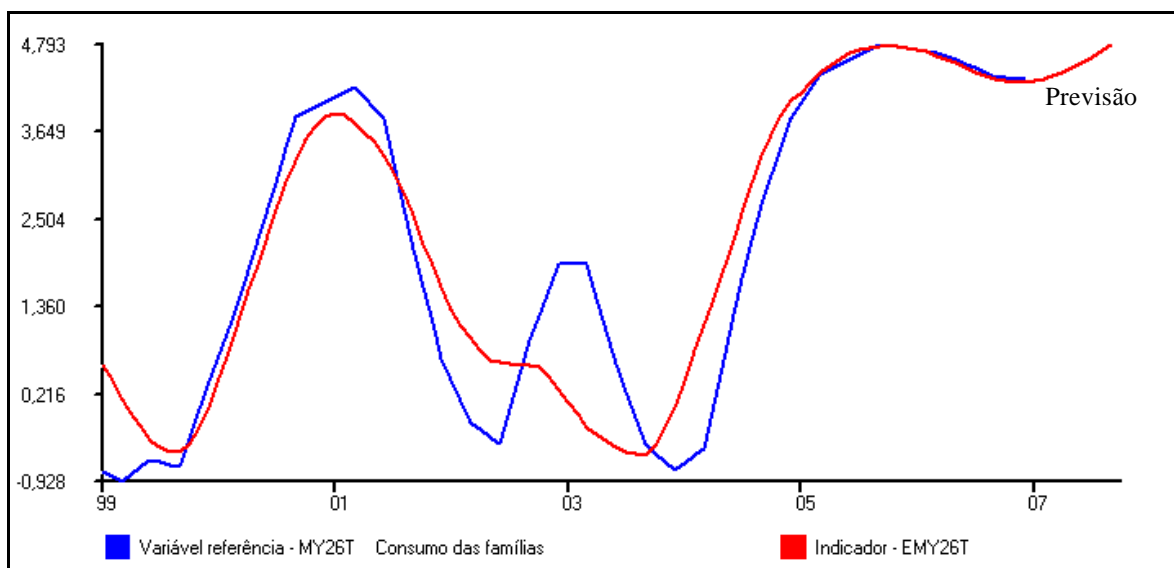


Figura 4 - Indicador antecedente, crescimento do consumo de famílias, 4 trimestres

Na seqüência dos indicadores antecedentes, o comércio varejista mantém o crescimento do faturamento real, pelo menos até o terceiro trimestre de 2007, como mostra a Figura 5. Finalmente, a pressão sobre o núcleo da inflação mensal pelo IGP-M, na Figura 6, reforça o argumento de que o controle da inflação não está garantido, perante as pressões de gastos e liquidez.

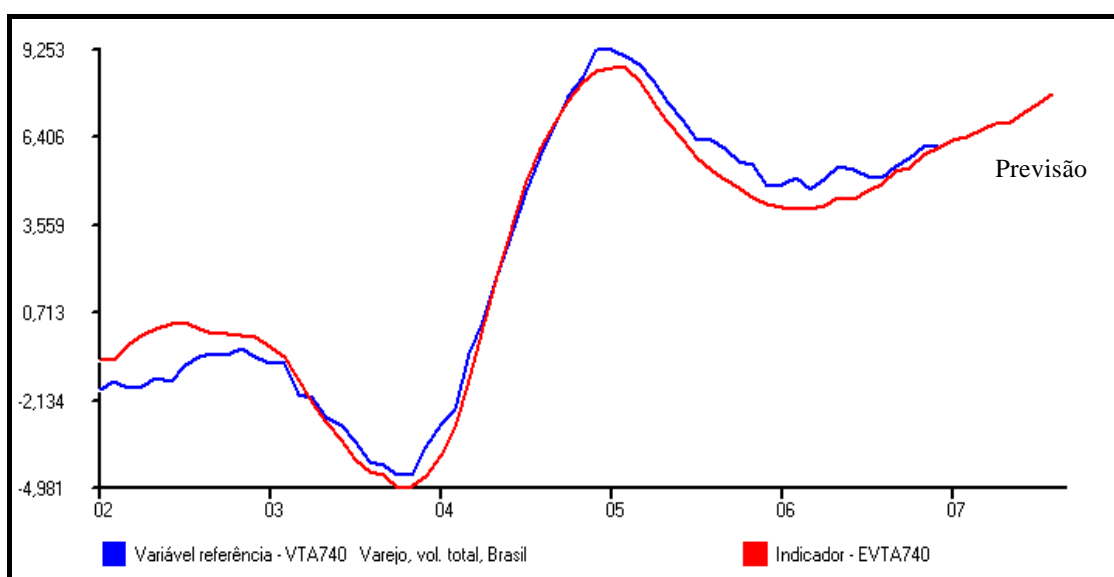


Figura 5 - Indicador antecedente, crescimento das vendas do comércio varejista, Brasil

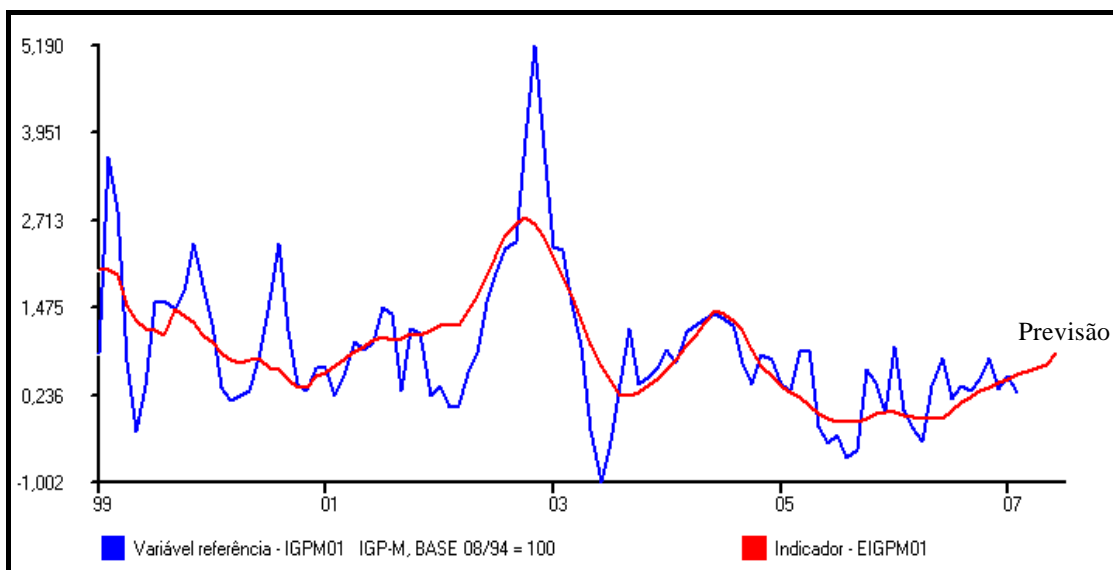


Figura 6 - Indicador antecedente, taxa mensal de inflação, núcleo do IGP-M

### III - Os cenários macroeconômicos alternativos

#### III – 1 As trajetórias

As estatísticas de 2006 – algumas preliminares - serão usadas para a montagem de cenários para 2007. Na quantificação dos cenários alternativos, existem três ambientes marcantes, com trajetórias distintas para o crescimento econômico, inflação e outras variáveis relevantes:

- Cenário I de Reformas, que enfatiza a queda da inflação e a implantação de uma agenda de ajustes coerentes, através de medidas persistentes de controle no curto prazo sobre a demanda agregada, responsabilidade fiscal, reordenamento dos gastos públicos e impor o respeito a contratos.
- Cenário III do Populismo, oposto ao cenário dos ajustes, com reformas incompletas e a implantação de medidas intervencionistas na economia. É um cenário claramente possível neste segundo mandato do Presidente Lula. No extremo, este cenário abre espaço para uma crise política mais adiante.
- Cenário II Intermediário de Ajustes Lentos que combina ingredientes dos cenários extremos.

A Figura 7 mostra as trajetórias dos três cenários, com movimentos circulares no sentido dos ponteiros do relógio para a capacidade ociosa média e a inflação, e a Figura 8 reproduz resultado similar, com enfoque pelo lado da variação do PIB real. Na quantificação dos cenários macroeconômicos,

adotamos um sistema de simuladores<sup>6</sup> onde os insumos relativos aos instrumentos de política econômica e as principais restrições externas e internas são impostos num modelo econométrico, contendo as variáveis macroeconômicas básicas. Os insumos e os resultados dos cenários de um ano são incorporados temporariamente ao arquivo de banco de dados, e são realimentados na simulação dos anos seguintes, permitindo a construção de cenários macroeconômicos com períodos corridos.

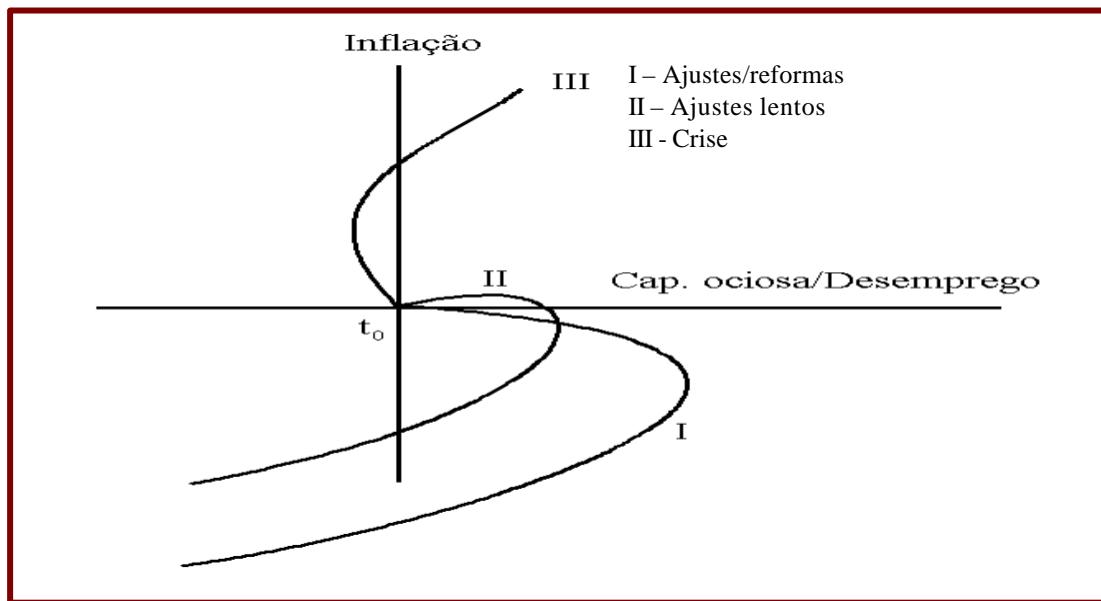


Figura 7 – As trajetórias esperadas dos cenários macroeconômicos.

<sup>6</sup> O simulador de cenários macroeconômicos é baseado num modelo econométrico de médio porte, com 49 equações, distribuídas em sete módulos. Os fundamentos do modelo estão descritos em “A economia brasileira: uma interpretação econométrica”, Textos para Discussão Interna, INPES/IPEA/ SEPLAN, março de 1984; “Um modelo macroeconômico com choques de oferta”, Revista Brasileira de Economia, vol. 38, julho/setembro de 1984, pp. 229-252; “A montagem de cenários com modelos macroeconômicos”, 7<sup>th</sup> Latin American Meeting of the Econometric Society, Proceedings, São Paulo, agosto de 1987, pp. 619-646; Relatório Técnico 107, COPPEAD/UFRJ, março de 1987; e Revista Brasileira de Economia, Vol.41, no.4, out./dezembro de 1987, pp. 435-450. O simulador de cenários está resumido em C.R.Contador & C.B.Ferraz, “SEM - Simulador de Estratégias Macroeconômicas - Versão 2.05”, Informática para Administração no. 7, COPPEAD/UFRJ, setembro de 1990 e na nova versão Simulador de Estratégias Macroeconômicas, (SILCON, W97, março de 2000).



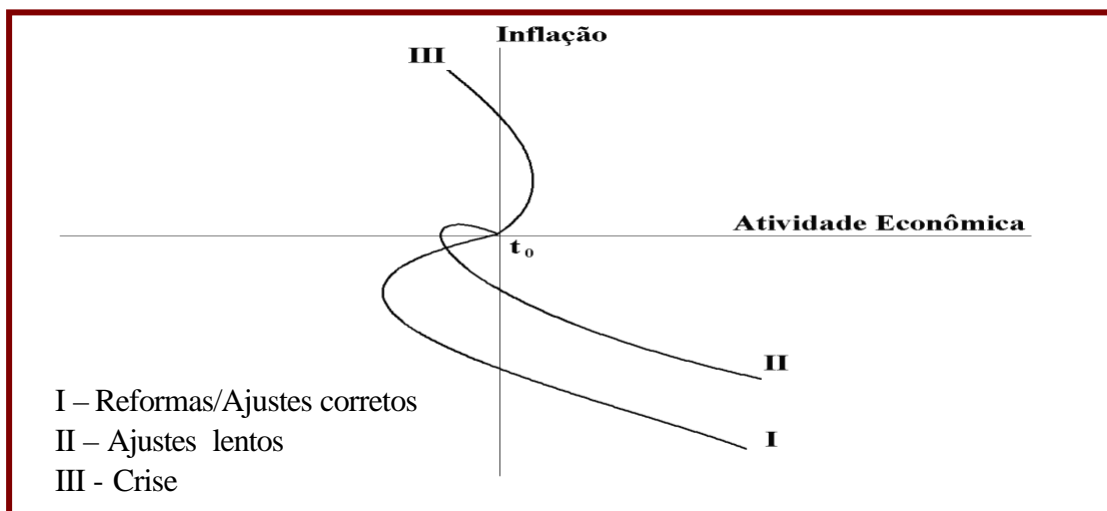
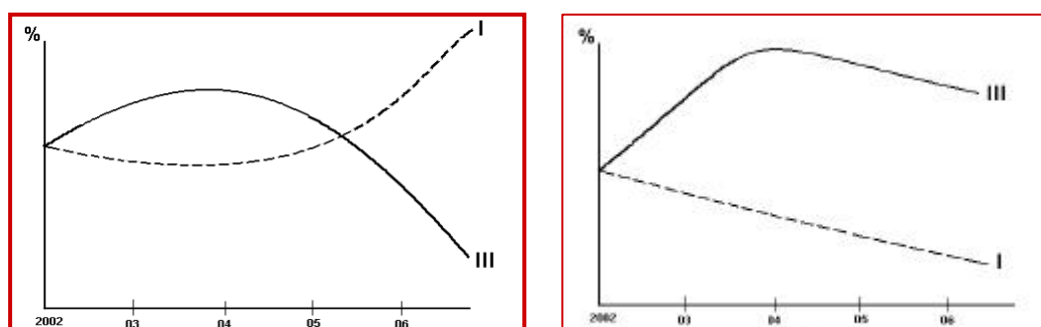


Figura 8 - Os cenários associando inflação e crescimento do PIB

As pressões sobre o ritmo de atividade e preços no tempo assumem os formatos da Figura 9, onde apenas os cenários extremos são representados.



Crescimento do PIB real

Inflação anual

Figura 9 – As trajetórias das opções estratégicas

### III – 2 Os números

A Tabela 7 reproduz os cenários macroeconômicos com respectiva probabilidade de ocorrência. O cenário das reformas tem probabilidade de ocorrência de 20 % em 2007 e 35 % em 2008, enquanto o cenário oposto, do populismo, de 20 % e 15 %, respectivamente. Nas condições vigentes, o cenário mais provável é de ajustes lentos, com probabilidade de 60 % em 2007 e 50 % no ano seguinte. A Tabela 8 apresenta o cenário médio ponderado pelas respectivas probabilidades.

No cenário de reformas, o PIB cresce em média 3,3 % em 2007 e 4,7% em 2008, com inflação sob controle, e déficit nominal do setor público em 3 % do PIB. No cenário oposto do populismo, o crescimento do PIB é maior em 2007 – cerca de 3,7 %-, mas ao preço de maior inflação, menor crescimento da atividade em 2008, da massa salarial e do comércio exterior.

Na ponderação dos valores dos cenários segundo as probabilidades de ocorrência, a taxa de crescimento do PIB é de 3,5 % em 2007, não diferente das previsões com o indicador antecedente, e 3,7 % em 2008. Na média, o Brasil continua na rabeira do crescimento dos emergentes, embora internamente, o governo possa se vangloriar do melhor desempenho em comparação com o primeiro mandato. Por força da aceleração da inflação em dois cenários, a inflação média ponderada cresce em 2008, mas ainda abaixo de 5 %. A massa salarial também cresce, o que pode significar melhoria na distribuição de renda e na inclusão social. A taxa de câmbio não dá sinais de fugir do controle, considerando o fluxo favorável de saldos comerciais e de ingresso de investimentos.

Tabela 8  
Valores do cenário macroeconômico médio<sup>a</sup>

Variável	2007	2008	Média
PIB real, %	3,52	3,68	3,60
Inflação média IGP/DI, %	3,63	4,28	3,95
Massa salarial real, %	3,86	4,43	4,15
Taxa de câmbio média, R\$/US\$	2,30	2,50	2,40

Fonte : SILCON. <sup>a</sup> Ponderação pela probabilidade de ocorrência de cada cenário

Em resumo, as simulações dos cenários mostram um ambiente macroeconômico não exatamente brilhante em termos de crescimento econômico em taxas mais elevadas, mas pelo menos não reflete uma crise. Mas poderia ser bem melhor, com uma agenda positiva de reformas comprometidas com o resgate do crescimento econômico e com maior espaço para expansão do setor privado.

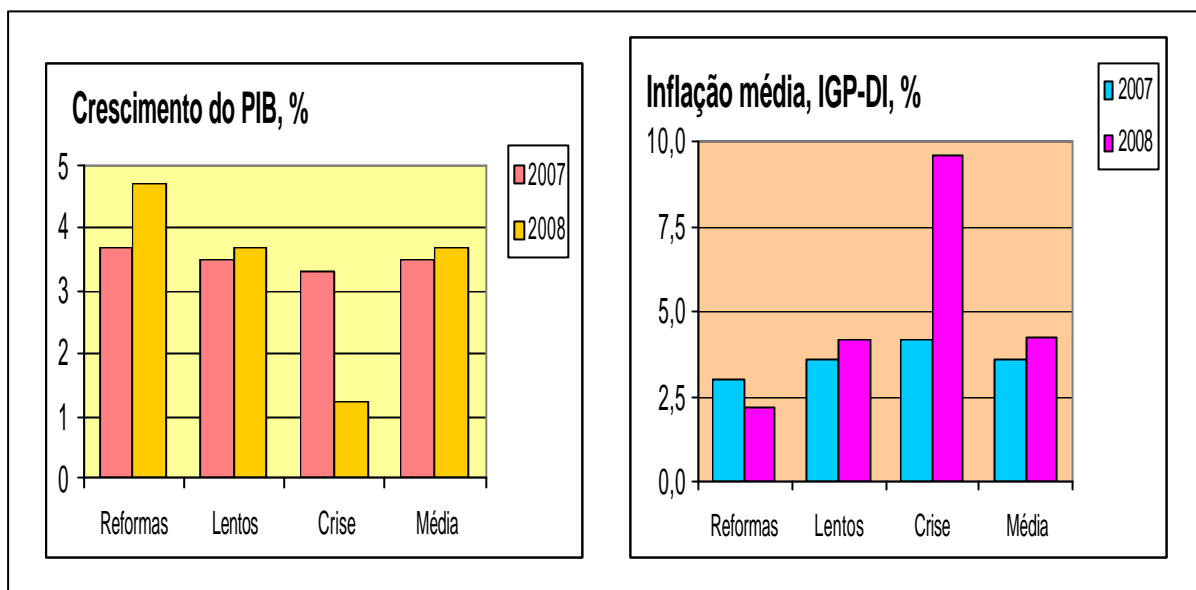


Figura 10 – Resumo dos cenários: crescimento do PIB e inflação

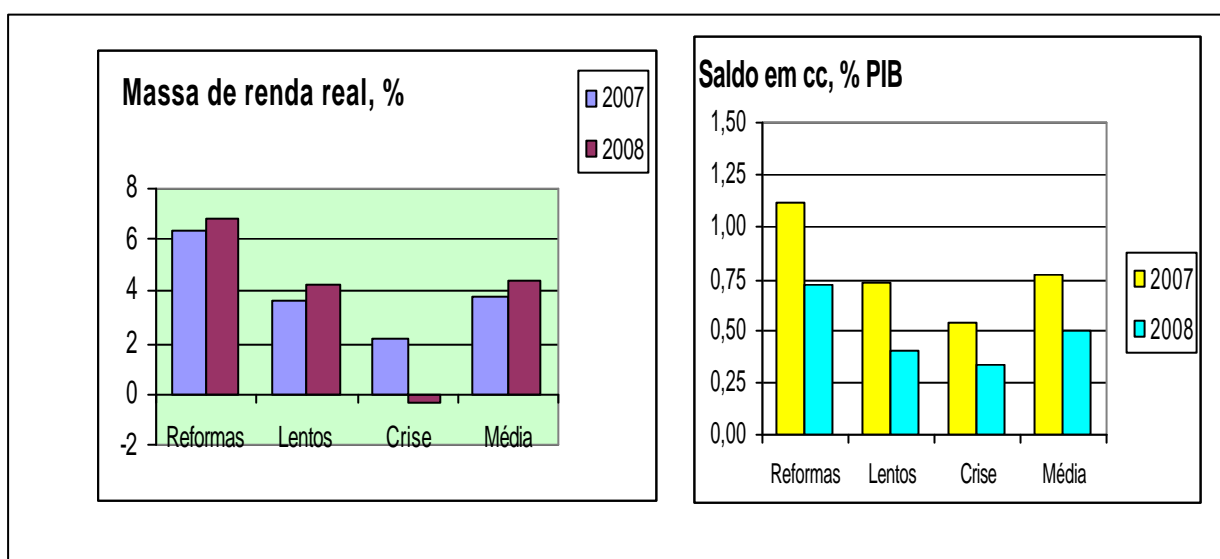


Figura 11 – Resumo dos cenários: massa salarial e saldo em conta corrente

Tabela 7 - Cenários macroeconômicos simulados para 2007 - 2008

	Observado		I - Reformas		II - Ajustes lentos		III - Populismo/crise	
	2005	2006	2007	2008	2007	2008	2007	2008
<b>Probabilidade de ocorrência, %</b>			20,0	35,0	60,0	50,0	20,0	15,0
<b>Produto Interno Bruto:</b>								
R\$ bilhões correntes	2.147,9	2.322,8	2.484,5	2.658,5	2.491,7	2.691,2	2.488,9	2.770,4
US\$ bilhões correntes	882,7	1.067,5	1.119,1	1.181,5	1.078,7	1.098,4	1.058,9	851,1
Variação real, %	2,9	3,7	3,8	4,7	3,5	3,7	3,7	1,2
<b>Inflação IGP/DI:</b>								
Média anual, %	5,97	1,73	3,05	2,20	3,65	4,15	4,15	9,55
Dez/dezembro, %	1,22	3,79	2,30	2,10	3,50	4,80	4,50	14,60
<b>Taxa básica de juros, SELIC, %</b>								
Nominal, média anual	19,04	15,06	11,00	8,50	11,00	10,00	10,00	18,00
Real (IGP/DI)	17,61	10,86	8,50	6,27	7,25	4,96	5,26	2,97
<b>Renda e salário:</b>								
Salário médio nominal, %	14,48	16,00	6,0	5,0	6,2	6,5	6,5	8,0
Salário médio real, %	13,10	11,76	2,87	2,74	2,47	2,26	2,26	-1,41
Taxa média de desemprego, %	9,83	9,98	9,5	8,5	11,5	12,3	12,5	14,0
Massa real de salários, 1990=100	265,10	302,76	322,0	343,9	313,6	326,8	309,5	308,3
Variação real, %	8,45	14,20	6,34	6,81	3,59	4,20	2,21	-0,36
<b>Taxa de câmbio comercial:</b>								
R\$/US\$, dezembro	2,285	2,150	2,90	3,05	3,03	3,20	3,06	3,45
Variação nominal, %	-15,93	-5,91	34,88	5,17	40,93	5,61	42,33	12,75
Variação real (IGP/DI), %	-16,94	-9,34	30,90	2,91	35,97	1,40	36,66	2,92
R\$/US\$, média anual	2,435	2,176	2,22	2,25	2,31	2,45	2,36	3,26
<b>Setor público NFSP, nominal, % do PIB</b>	3,3	3,4	3,0	2,6	3,3	3,5	3,5	4,8
<b>Balanco de pagamentos, US\$ bilhões:</b>								
Exportações, FOB	118,3	137,5	144,0	153,0	142,5	143,0	139,5	138,0
Importações, FOB	73,6	91,4	99,0	110,3	103,5	113,0	105,4	109,6
Saldo comercial	44,7	46,1	45,0	42,7	39,0	30,0	34,1	28,4
Fluxo de comércio	191,9	228,9	243,0	263,3	246,0	256,0	244,9	247,6
% do PIB	21,7	21,4	21,7	22,3	22,8	23,3	23,1	29,1
Transações correntes	14,2	13,5	11,0	7,5	7,0	4,0	5,0	2,5
% do PIB	1,61	1,26	0,98	0,63	0,65	0,36	0,47	0,29

Fonte : SILCON, março de 2007.

## IV – O Setor de Construção Civil

O Brasil enfrenta uma séria crise de déficit habitacional. O programa Habitat, da ONU, lançou inclusive um alerta, de que se nada for feito, no final da década, um em cada quatro brasileiros estará morando numa favela. Estima-se que exista hoje um déficit de 7,2 milhões de moradias adequadas, contra 6,2 milhões no final da década de 90. E a falta de imóvel decente para moradia é acompanhada por outras carências : 34,2 % dos municípios brasileiros não tem acesso à água potável, 17 milhões de pessoas vivem em domicílios superlotados, e 35 milhões em residências sem tratamento de esgoto, segundo o IBGE. Não se trata, portanto, de falta de um teto apenas, mas de toda uma infra-estrutura para a existência digna de mais de 30 milhões de brasileiros.

As razões para este drama têm origens variadas e algumas interligadas. Em primeiro lugar, ninguém deseja morar em condições precárias. Esta condição resulta de falta de opções ditadas pelo nível de renda. Não surpreende que mais de 92 % do déficit habitacional se concentre nas famílias com renda até cinco salários mínimos. Para que o déficit habitacional diminuísse substancialmente seria necessário um rápido, persistente e elevado crescimento da renda familiar, o que não acontece há mais de três décadas. Em segundo lugar, o governo deixou que o déficit aumentasse ao longo do tempo. Mesmo na época de forte atuação do BNH, com a construção de 4,3 milhões de moradias, persistia um déficit de 700 mil moradias, que se acumulava, a medida que as cidades inchavam pela forte migração campo-cidade e a taxa de crescimento populacional se mantinha elevada. E em terceiro lugar, a Constituição de 1988 deu a sua contribuição para agravar o déficit com a transferência de poder e autonomia aos estados e municípios para resolver o problema. Com esta descentralização, os programas estaduais e municipais, sob a forma de cooperativas e linhas de financiamento popular, se multiplicaram, os recursos ficaram pulverizados e minguaram. Com a extinção do BNH, a questão habitacional foi empurrada de um ministério para outro. Desde 1985, a área habitacional já foi de responsabilidade dos ministérios do Interior, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Urbanismo e Meio Ambiente, da Habitação e Bem-Estar Social, do Planejamento, e mais recente, no Ministério das Cidades. Os títulos são pomposos, mas os resultados têm sido nulos ou contraproducentes. Falta de recursos estáveis, de gestão competente, e de vontade política são os principais vilões do caos habitacional.

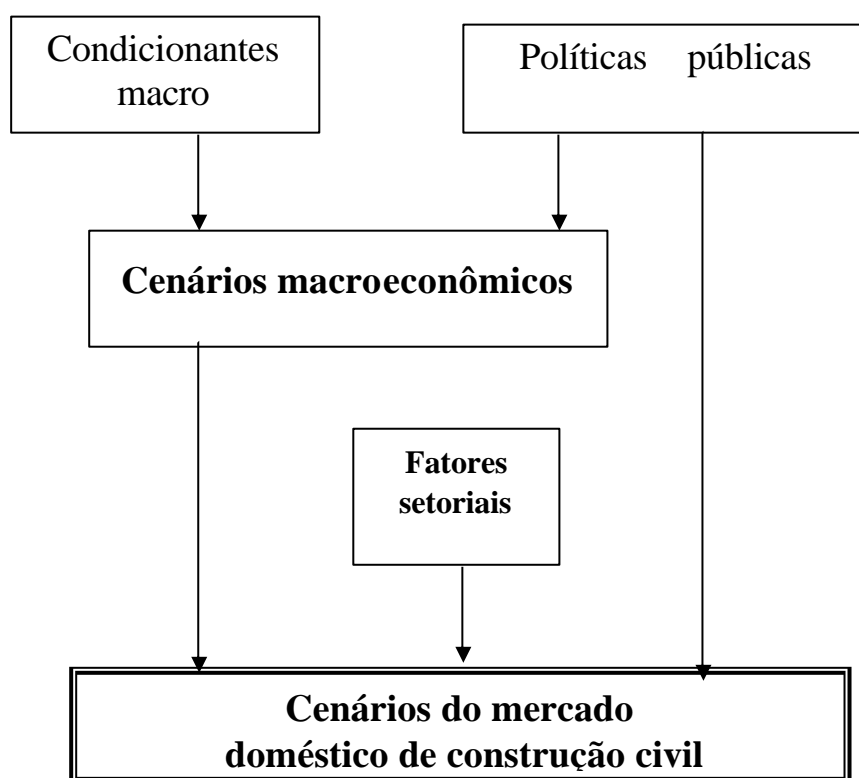
Segundo a Fundação Getúlio Vargas, para eliminar a carência habitacional no seu limite crítico, será necessário investir em habitação social cerca de R\$ 40 bilhões entre 2007 e 2010, sendo R\$ 22,8 bilhões para zerar o déficit e R\$ 17,9 bilhões em novas residências para atender o crescimento vegetativo.

Portanto, a inclusão de projetos e linhas de financiamento para habitação social no PAC, no valor de R\$ 106,3 bilhões em quatro anos, ou R\$ 27 bilhões por ano, deve ser saudada como uma nova tentativa de resgatar o problema como tema de discussões e de propostas.

#### IV – 1 A integração da Construção Civil com a Macroeconomia

Pelas estatísticas reunidas pela SILCON, o faturamento do mercado de Construção Civil é estimado em R\$ 228 bilhões em 2006, aproximadamente 11 % do PIB. Este valor corresponde a uma despesa per capita de R\$ 1,2 mil. O valor adicionado pelo setor, no conceito final das Contas Nacionais, é de R\$ 143 bilhões, em 2006, ou 6,8 % do PIB.

A metodologia que será utilizada passa por duas etapas. Primeiro, considera os efeitos do ambiente macroeconômico sobre o setor de Construção Civil. A segunda etapa agrega os efeitos prováveis de medidas específicas ao setor, como o estímulo prometido pelo PAC.



Quadro 1 – Fluxo de informação no simulador setorial de cenários

O simulador de cenários setoriais tem por base um modelo econométrico<sup>7</sup>, que incorpora como fatores de entrada quatro variáveis macroeconômicas e uma setorial, no caso, o custo médio da construção civil.

<sup>7</sup> O simulador de cenários do setor de construção civil – Sem Civ – é formado por cinco equações e 12 variáveis, e é apresentado em base anual.

As variáveis macroeconômicas são extraídas do simulador macro e inseridas no simulador setorial, fornecendo assim estimativas para o comportamento do setor de construção civil integradas com os ambientes macroeconômicos.

#### IV – 2 Efeitos macroeconômicos na Construção Civil

Considerando os fatores macroeconômicos, ditados pela simulação dos cenários na seção anterior, o setor de Construção Civil mantém o crescimento do faturamento real e do volume de construção. No cenário de reformas, o faturamento real cresce entorno de 10 % em cada ano, enquanto o cenário oposto, cresce quase 5 % em 2007 e apresenta uma queda em 2008. Claramente, o cenário das reformas favorece o setor de construção civil.

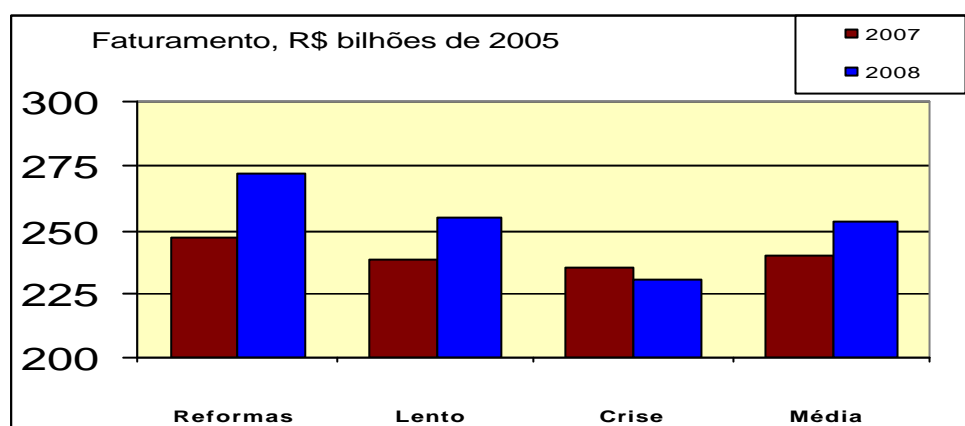


Figura 12 – Faturamento real do setor de Construção Civil

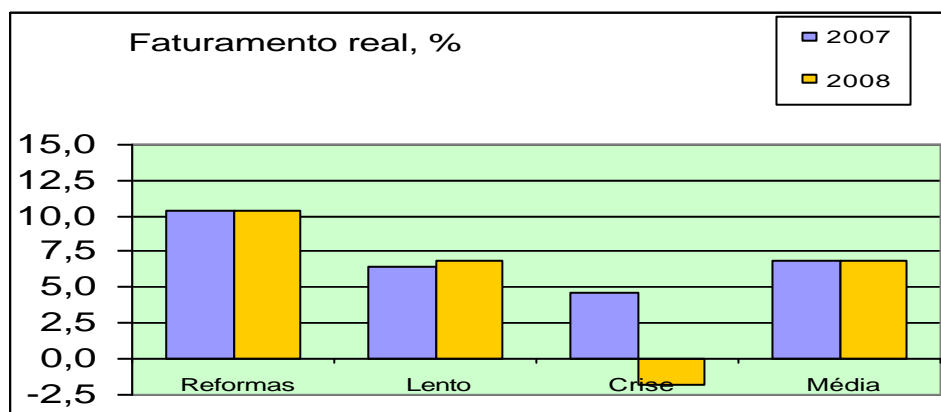


Figura 13 – Variação do faturamento real da Construção Civil

Tabela 8 – Cenários para o setor de Construção Civil

	2006 <sup>a</sup>	Reformas		Lento		Crise	
		2007	2008	2007	2008	2007	2008
<b>Variáveis Macroeconômicas</b>							
<b>1 – Produto Interno Bruto real, 1995 = 100</b>	128,0	132,22	138,44	132,48	137,38	132,74	134,33
Variação real %	3,7	3,8	4,7	3,5	3,7	3,7	1,2
<b>2 – Índice IGP/DI, média anual, ag.1994=100</b>	336,182	346,27	353,89	348,28	362,91	350,13	383,57
Inflação média anual, %	1,73	3,0	2,2	3,6	4,2	4,2	9,6
<b>3 – Salário mínimo, média anual, R\$ correntes</b>	336,39	356,57	374,40	357,24	380,46	358,25	386,91
Variação nominal %	16,00	6,0	5,0	6,2	6,5	6,5	8,0
Variação real %	11,76	2,87	2,74	2,47	2,26	2,26	-1,41
<b>4 – Taxa média de desemprego, IBGE %</b>	9,98	9,5	8,5	11,5	12,3	12,5	14,0
<b>5 – Taxa de câmbio comercial, média anual, R\$/US\$ :</b>	2,176	2,26	2,35	2,25	2,34	2,26	2,58
Variação nominal %	-10,6	4,0	4,0	3,5	4,0	4,0	14,0
Variação real %	-12,2	1,0	1,8	-0,1	-0,2	-0,1	4,1
<b>Variáveis Setoriais</b>							
<b>6 – Índice de custo médio, Const.Civil, ag.1994=100</b>	336,387	356,57	370,83	351,52	369,10	349,84	370,83
Variação nominal %	5,25	6,0	4,0	4,5	5,0	4,0	6,0
Variação real %	3,5	2,9	1,8	0,9	0,8	-0,1	-3,2
<b>Resultados da Indústria da Construção Civil</b>							
<b>7 – Faturamento :</b>							
<b>Nominal, R\$ bilhões</b>	228,00	258,98	292,13	251,20	279,72	248,59	267,63
Variação nominal %	9,99	13,15	12,80	10,17	11,35	9,03	7,66
R\$ bilhões a preços de 2005	224,14	246,23	271,76	238,36	254,72	234,63	230,59
Variação real %	15,15	9,86	10,37	6,35	6,86	4,68	-1,72
US\$ bilhões	111,6	114,0	123,6	111,5	119,4	109,8	103,7
<b>8 – Volume :</b>							
<b>Quantum, 1990=100</b>	118,72	126,73	137,46	125,17	132,74	124,46	126,41
Variação %	4,50	6,7	8,5	5,4	6,1	4,8	1,6
<b>9 – Participação do faturamento no PIB, %</b>	9,82	10,43	10,99	10,09	10,39	9,91	9,62
<b>10 – Densidade, R\$ de 2005 per capita</b>	1.199,3	1.303,5	1.418,0	1.257,1	1.324,0	1.237,4	1.198,6

Fonte : elaboração SILCON. <sup>a</sup> Preliminar.



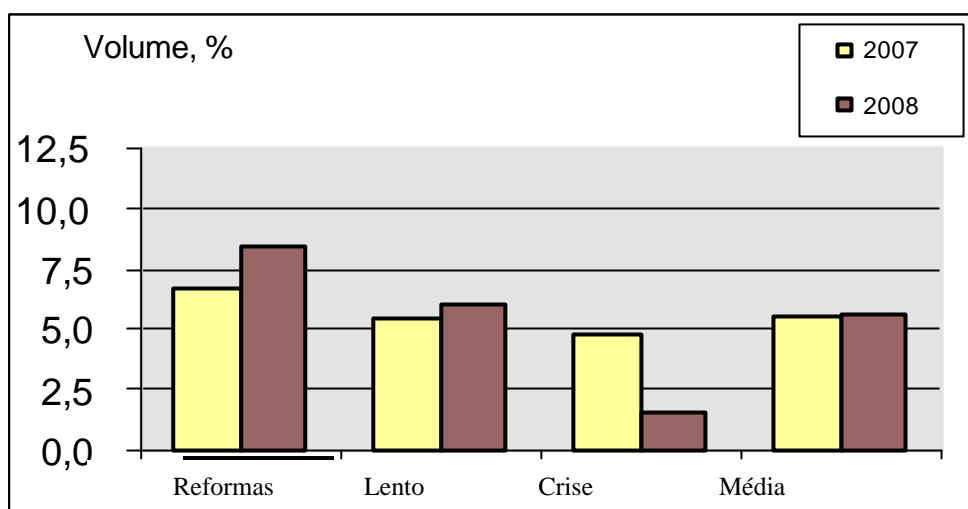


Figura 13 – Volume de atividade do setor de Construção Civil

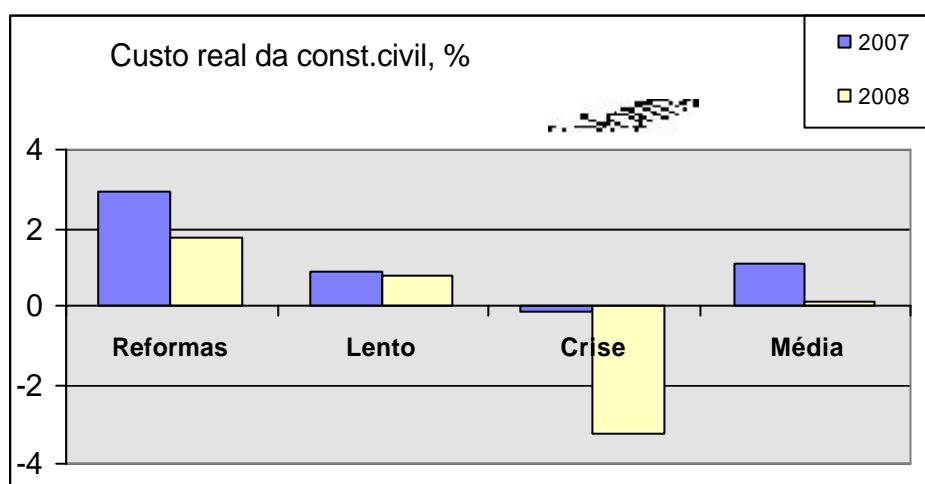


Figura 14 – Custo real (deflacionado pelo IGP-DI) do setor de Construção Civil

Tabela 9 – Cenários médios da Construção Civil

Variável do setor :	Anos		
	2007	2008	Média
Variação do faturamento real, %	6,72	6,80	6,76
Variação do volume, %	5,57	5,64	5,61
Faturamento, R\$ bilhões de 2005	239,2	253,3	246,2
Custo real da const.civil, %	1,07	0,16	0,62

A Tabela 8 reproduz os resultados das simulações setoriais. No tocante ao custo da construção civil foi feita a hipótese de que variaria em cada cenário, segundo os valores reproduzidos na tabela. Com base nos valores macroeconômicos e de custo – que excluem os efeitos de subsídios e aporte de recursos vinculados, como os estabelecidos no PAC – o faturamento do setor de construção civil atinge entre R\$ 249 bilhões (cenário do populismo) e R\$ 258 bilhões (cenário das reformas) em 2007. Para 2008, a dispersão aumenta entre R\$ 268 bilhões e R\$ 291 bilhões. No cenário das reformas, o faturamento atinge 12,5 % do PIB enquanto no do populismo, retrocede para 11 %.

#### **IV – 2 Os estímulos do PAC**

Pela proposta do PAC, o setor de Construção Civil, no segmento habitacional recebe um estímulo do governo federal de R\$ 106 bilhões, desde que o setor privado aloque R\$ 160 bilhões em quatro anos. Isto significa um estímulo de R\$ 27 bilhões/ano pelos cofres públicos. Se o plano for efetivado, o setor de construção residencial tem um acréscimo entorno de 10 % no seu faturamento real, desde que redirecione recursos, imaginação e produtos para atender as faixas de renda mais baixa, onde se concentra a demanda insatisfeita.

Considerando os outros itens do PAC no tocante às obras de infraestrutura de logística e social, o acréscimo direto do faturamento pode atingir 12 %, acima dos números simulados na Tabelas 8 e 9.

#### **IV – 3 As flutuações em 2007**

No longo prazo, portanto, o setor de Construção Civil oferece excelentes perspectivas, mesmo sem a efetividade do PAC. No curto prazo, o faturamento e a atividade do setor ficam vulneráveis às pressões de fatores ligados às oscilações da massa salarial, juros reais, e acesso ao crédito direcionado.

Como um reflexo das pressões de curto prazo, as flutuações na chamada construção informal ou autoconstrução servem como um bom termômetro. Três indicadores antecedentes são apresentados. O primeiro é para o próprio produto real da Construção Civil, onde a Figura 15 mostra as previsões (em vermelho) do crescimento em quatro trimestres do produto real. Pelas projeções, o crescimento do produto da Construção Civil, medido pelo IBGE, passa por uma fase de desaquecimento no primeiro semestre de 2007. Existem sinais preliminares de uma possível reversão no início do segundo semestre.

O segundo indicador antecedente, na Figura 16, é relativo à produção de insumos industriais para construção civil, que praticamente repete as sinalizações do indicador anterior, e mostra indícios mais claros da reversão e melhoria no crescimento no segundo semestre de 2007.

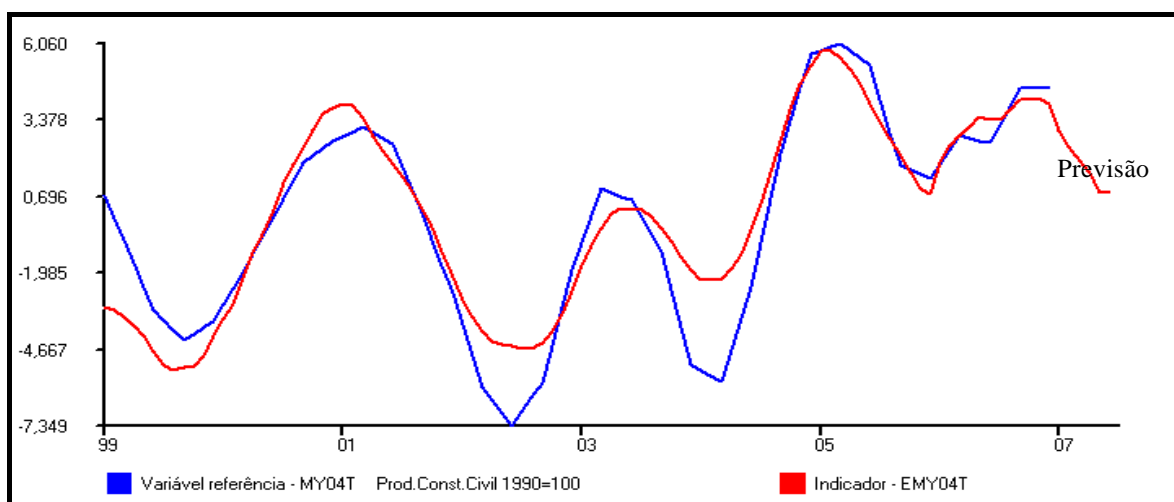


Figura 15 – Indicador antecedente, Produto da Construção Civil, IBGE

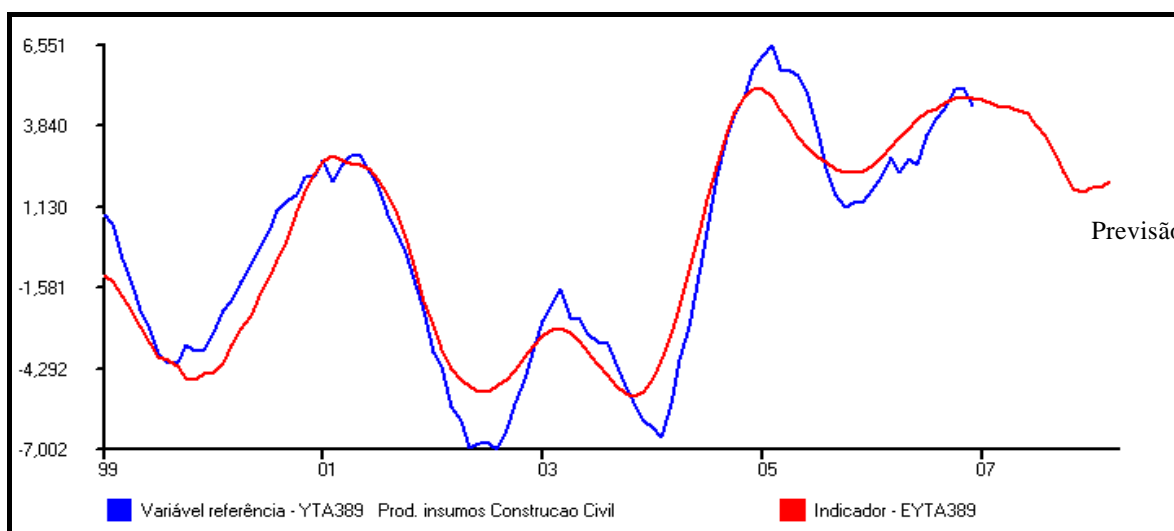


Figura 16 – Indicador antecedente, Produção de Insumos da Construção Civil

O terceiro indicador antecedente é bem representativo do ritmo da autoconstrução. A expansão do crédito para a compra de materiais de construção (“comércio formiguinha”, como é conhecido) através dos programas da Caixa Econômica Federal com recursos do FGTS aumentou o movimento das lojas de materiais de construção e multiplicou a quantidade de novas moradias e as ampliações nas periferias e bairros populares. Segundo informações da Federação do Comércio de São Paulo, cerca de 40 % das vendas de materiais básicos de construção (cimento, tijolo) são realizadas

através de compras parceladas e a participação da autogestão na indústria de construção civil atinge entorno de 70 %.<sup>8</sup>

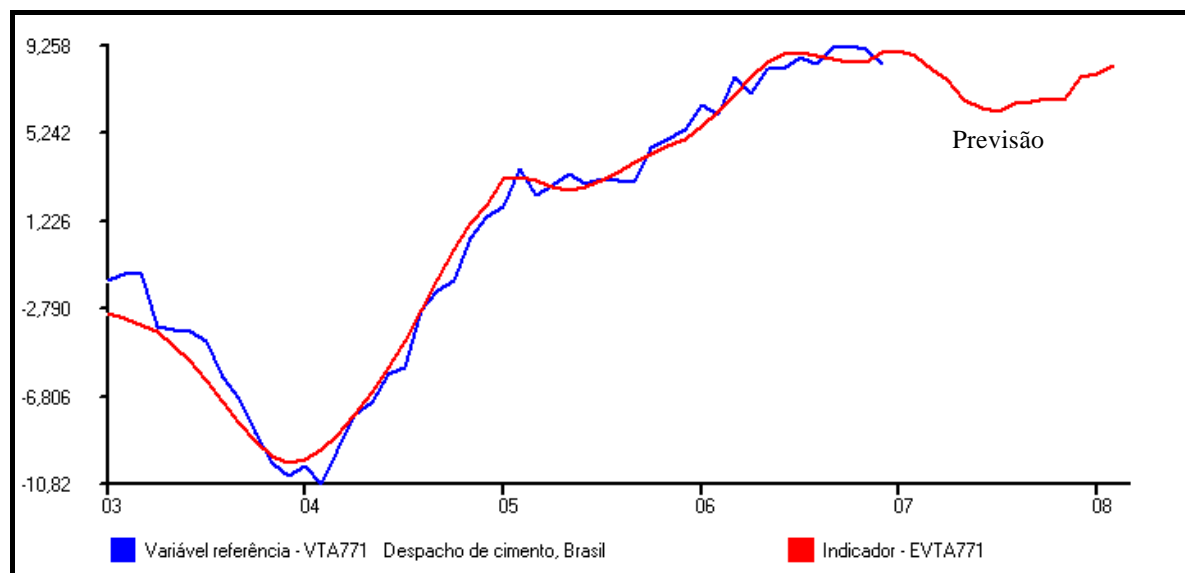


Figura 17 – Indicador antecedente, Despacho de cimento

O indicador antecedente para o crescimento das vendas (despacho) de cimento na Figura 17, com avanço estatístico de onze meses, sinaliza com bastante clareza a fase de desaquecimento no primeiro semestre de 2007 e a fase seguinte de recuperação e retorno do crescimento mais vigoroso. Em 2006, as vendas de cimento cresceram 8,4 %, e em 2007 a previsão apontada pelo indicador antecedente é de uma expansão de 7,8 %.

Portanto, as evidências apontam no sentido de que o ritmo da construção civil atravessa uma curta oscilação no primeiro semestre de 2007 e depois ingressa numa fase de crescimento mais acelerado.

## V – Resumindo ...

Mesmo com a hipótese de ausência de efeitos do PAC, os cenários para o setor de construção civil são unânimes em apontar um crescimento no faturamento real entre 5 % e 10 % em 2007. O ambiente para 2008 depende da consolidação da vertente da política econômica. Com algum impulso do PAC, onde a participação do setor privado é complemento crítico, o setor terá possibilidade de deslanchar um crescimento mais vigoroso. No curto prazo, os indicadores antecedentes prevêm uma breve oscilação no crescimento no primeiro semestre de 2007 e nova fase de expansão em seguida.

<sup>8</sup> Mawakdye, Alberto, “Casa própria: tragédia anunciada”, *Problemas Brasileiros*, no.378, novembro/dezembro de 2006, pp.12-16.

# RELATÓRIOS SILCON

---

A consultoria SILCON Estudos Econômicos produz duas séries de relatórios, distribuídos aos seus clientes:

- 1 - Carta Mensal - Cenários & Previsões, publicação mensal com análise de temas conjunturais, cenários macroeconômicos, e previsões baseadas na técnica de indicadores antecedentes. Disponível apenas aos clientes da SILCON e aos assinantes cadastrados.
  - 2 - Relatórios SILCON (RS), com a divulgação de pesquisas sobre temas diversos, elaboradas pela equipe da Consultoria.
- 

**SILCON** Estudos Econômicos Ltda  
C.R. Contador & Associados  
Av. 13 de Maio, 23 – grupo 2029-31  
CEP 20031-007 Rio de Janeiro, RJ

Para informações sobre as publicações e os serviços prestados pela nossa empresa, acesse a nossa *home-page* : [www.silcon.ecn.br](http://www.silcon.ecn.br)  
ou nos contate pelo e-mail : [diretoria@silcon.ecn.br](mailto:diretoria@silcon.ecn.br)  
Telefone : (0xx21) 2240 2656 – fax: (0xx-21) 2210 1035.